


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **4000275-75.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Interesse Particular**
 Impetrante: **Wagner Gomes dos Santos**
 Impetrado: **Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE e outro**

Justiça Gratuita

CONCLUSÃO

Em 19 de novembro de 2013, faço conclusos estes autos a MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dra. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

WAGNER GOMES DOS SANTOS impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pelo Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos, objetivando ser afastado de suas atividades, com prejuízo de seus vencimentos. Aduz o impetrante, operador de máquinas pesadas, que fez pedido administrativo, nos termos do artigo 1º, inciso I, do Decreto nº 37, de 07 de abril de 2003, com nova redação dada pelo Decreto nº 55, de 17 de fevereiro de 2012, que foi indeferido pela Administração Autárquica, sob a justificativa de necessidade “da manutenção do servidor junto aos quadros do SAAE por conta da demanda de serviços”. Alega que a negativa ocasiona uma inadmissível diferenciação entre os servidores, posto que há outros pedidos de servidores de carreira que foram deferidos pelo mesmo impetrado.

A liminar foi indeferida (fls. 27).

Informações às fls. 35/42.

O Ministério Público declinou de se manifestar sobre

4000275-75.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

o mérito e objeto do presente mandado de segurança por estar ausente o interesse público (fls.47).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Diante da declaração apresentada às fls.09 defiro ao impetrante os benefícios da gratuidade processual. Anote-se.

A situação enfocada nestes autos não permite seja concedida a segurança pleiteada.

É certo que o artigo 1º, Inciso I, do Decreto nº 37, de 07 de abril de 2003, com nova redação dada pelo Decreto nº 55, de 17 de fevereiro de 2012 prevê a permissão de os servidores autárquicos se afastarem com prejuízos de seus vencimentos e demais vantagens, para tratarem de assuntos e interesses particulares.

Ocorre que a Administração Autárquica justificou a necessidade da manutenção do servidor/impetrante junto aos quadros do SAAE em virtude da “demanda” de serviço.

À Administração Pública é possibilitado que, no exercício de sua competência discricionária, analise a conveniência e oportunidade de conferir ao servidor o gozo da licença sem vencimentos. É o poder-dever como faculdade imperativa atribuída ao Administrador e o indeferimento pelo impetrado do pedido do impetrante, repita-se, se deu por necessidade de continuação do serviço público, ou seja, o interesse da Administração se sobrepôs ao do particular.

No mesmo sentido, recentes julgados do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cujas ementas transcrevo:

“MANDADO DE SEGURANÇA. PRESSUPOSTOS DA IMPETRAÇÃO. Não atendimento. Direito líquido e certo Não configurado. EXTENSÃO DO CONTROLE JURISDICIONAL. Admissibilidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Excepcionalidade da hipótese. Restrita à análise de sua legitimidade. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

LICENÇAS E AFASTAMENTOS. Notificação para retorno ao serviço público. Revogação do ato administrativo que atribuiu o afastamento. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta para revogar as licenças em razão de desvio de finalidade. Afastamento do cargo público sem vencimentos para tratamento de interesses pessoais não é incondicionado, mas sim subordinado aos critérios de conveniência e oportunidade da Administração. Prevalência da discricionariedade para atribuir ou cessar a licença.” (Apel. nº 0001289-86.2011.8.26.0420. rel. José Maria Câmara Junior, j. em 30/01/2013).

“MANDADO DE SEGURANÇA. Servidor Público Municipal. Pretensão de manutenção do afastamento, sem vencimentos, conforme estabelecido na Portaria nº 293. Revogação pela administração municipal. Cabe à Administração verificar a possibilidade de concessão ao servidor público do gozo ou da interrupção da licença. Ausência de direito líquido e certo. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO.” (Apel. nº 0001315-84.2011.8.26.0420, 12ª Câmara de Direito Público, rel. ISABEL COGAN, j. em 08/05/2013).

Assim, não há como atender a pretensão inicial, pois não se vislumbra violação a direito líquido e certo, não havendo ilegalidade administrativa a ser reparada.

Ante o exposto, **DENEGO** a segurança pleiteada, resolvendo ao presente feito pelo seu mérito nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Oficie-se à autoridade coatora comunicando o teor
desta decisão.

P. R. I. C.

São Carlos, 19 de novembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**